

INFORMATIVO ATI39

ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE 39/NACAB
(NÚCLEO DE ASSESSORIA ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS POR BARRAGENS)



Ser quilombola: O que significa e quais os direitos? *Página 7*

Famílias reassentadas lutam pra manter modos de vida e produções
Página 4

Taporôco se autodefine remanescente de quilombo
Página 6

Entenda o Plano de Desenvolvimento Social (PDS) da ZAS
Página 10

Itapanhoacanga recebe sua igreja matriz restaurada
Página 12

Defesa da identidade cultural e modos de vida



Foto: Josiane Guimarães

Formação da ATI sobre direitos territoriais na comunidade quilombola São José do Arrudas, em 10/06/2026

Olá! Nesta edição, destacamos o fortalecimento da identidade quilombola entre comunidades atingidas pelas operações do Minas-Rio, algumas já certificadas e outras em processo de autoidentificação.

Importante ressaltar que a informação de que há comunidades tradicionais nos territórios atingidos pelo Complexo Minas-Rio, da Anglo American, não é novidade. Desde o período que antecedeu a aprovação das licenças para instalação e operação, e mais tarde para ampliação do projeto minerário, diversos estudos indicaram características de tradicionalidade entre as comunidades atingidas. Esses estudos foram feitos por diferentes instituições, a pedido do Ministério Público de Minas Gerais e do Ministério Público Federal, para caracterizar o território e comunidades, e realizados pela mineradora para cumprir exigências dos processos de licenciamento.

Desde o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da Expansão da Mina do Sapo (Step 3), realizado pela consultora Ferreira e Rocha em 2015, as relações socioculturais estabelecidas entre as comunidades atingidas (com sua memória e sociabilidade) e o território onde se localiza o complexo Minas-Rio, passaram a ser reconhecidas e consideradas nos projetos e programas da mineradora. Esse estudo

inclusive descreve que: “(...) as comunidades tradicionais são entendidas enquanto grupos historicamente referenciados, com vínculos territoriais e sociais específicos. Nesse sistema, articulam-se elementos como parentesco, espacialidade, culturas, modos de fazer e percepções simbólicas”.

Outro exemplo é o “Estudo dos Elementos de Tradicionalidade” apresentado pela Anglo American para cumprir a Condicionante 42 do licenciamento ambiental do

Step 3. A consultora Herkenhoff & Prates (H&P), contratada para o estudo, no relatório final concluiu que 24 das 46 comunidades estudadas em 2019 foram consideradas com “traços de tradicionalidade”, ao possuírem, segundo ela, antecedentes históricos, econômicos e simbólicos comuns – uma “unidade cultural” e “certo grau de homogeneidade”.

Apesar dos levantamentos, o tema foi negligenciado pelo governo do estado e pela mineradora e está aflorando novamente, em um processo protagonizado pelas comunidades, para defender o que elas têm de mais belo e singular, que é a própria identidade. Nesse processo, as pessoas estão identificando seus traços e características e se reconhecendo como famílias, como comunidades e como grupos tradicionais, depois de intensa mudança social causada pela mineração em seus territórios. A ATI 39 Nacab vem acompanhando e registrando esse processo, contribuindo para o acesso a informações e formações sobre direitos territoriais e culturais das comunidades quilombolas.

Confira o que é ser quilombola, por famílias que possuem essa identidade, e alguns direitos previstos para essa população (páginas 7, 8 e 9).

Boa leitura! Abraços.

Assessoria Técnica Independente ATI 39

NACAB

NÚCLEO DE APOIO ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS POR BARRAGENS

@nacabmg

facebook.com/nacabmg

www.nacab.org.br

ati39.comunicacao@nacab.org.br

Conceição do Mato Dentro (MG):

Rua Capitão Miguel Safe, 180
Centro | CEP: 35.860-000

Rua Quinzinho Costa, 50
Brejo | CEP: 35.860-000

INFORMATIVO ATI 39

Produção: Equipe de Comunicação ATI 39 Nacab

Edição: Brígida Alvim

Reportagens: Georgyanne Sena, Janaíne Ferraz, Marina Utsch e Patrícia Castanheira

Projeto gráfico e diagramação: Rodrigo Teixeira

Revisão técnica: Ana Paula Rocha, Geovane Assis, Guilherme Bongiovani, Gustavo Souza, Hellen Margarida Silva, Joice Castro, Josiane Guimarães, Laura Augusta, Paula Brito, Túlio Moreira

Revisão jurídica: Jesús Menjivar Nieto

Equipe de articulação: Anderson de Souza, Cosmo Júnior, Fabiana Ferreira, Pâmella Ribeiro, Wesley Rodrigues e Zaíne Crispim

Tiragem: 600 exemplares

Capa: Cultivar a terra, preparar o alimento e compartilhar saberes: Algumas práticas dos modos de vida das comunidades tradicionais. (Ilustração: Rodrigo Teixeira)

Se você, leitor, tiver alguma sugestão de pauta ou texto para contribuir com a construção dos nossos canais de comunicação, sinta-se à vontade para compartilhar conosco, Juntos, podemos mais!



Acesse todas as edições do Informativo ATI 39 Nacab através do QR Code ao lado

Restauro da Capela de São Sebastião

Por Georgyanne Sena

Símbolo de fé e resistência, a Capela de São Sebastião, localizada no distrito de São Sebastião do Bom Sucesso, no Sapo, está sendo restaurada. As obras foram iniciadas em 7/01/2026, pela Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico de Conceição do Mato Dentro, e têm conclusão prevista para o final de novembro deste ano.

A reforma é uma conquista para os poucos moradores que permanecem no território e que cobraram a intervenção do município. “Desde o início da atual gestão, a Secretaria mantém diálogo com a comunidade de São Sebastião do Bom Sucesso, acompanhando suas demandas e promovendo a interlocução necessária para o desenvolvimento das ações de preservação do bem cultural”, conta a secretária municipal, Júlia Santana.

Em maio de 2026, foi feito encontro com a participação dos moradores, da Associação Comunitária São Sebastião do Bom Sucesso (Ascob), da Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico, da ATI 39 e da empresa responsável pela execução da obra. Nessa reunião, foram compartilhadas informações sobre o andamento da restauração, houve esclarecimentos de dúvidas e o acompanhamento, pela comunidade, das etapas e intervenções necessárias.

O que está sendo feito

Márcia Andréa Armondi, arquiteta responsável pelo projeto, conta que no início das obras foram encontrados vestígios de



Capela de São Sebastião em restauro; à direita, vista interna da obra

antigas reformas realizadas na Capela. “A gente encontrou trechos de parede de tijolos furados, algumas vigas em concreto, ou seja, intervenções descaracterizantes. Então, fizemos a remoção dessas intervenções e estamos usando técnicas e materiais originais para manter as características da capela. Fabricamos novos tijolos de adobe, retiramos vigas de concreto e substituímos por peças em braúna, camaru, jacarandá e sucupira, todas madeiras de lei”, descreve.

Segundo Márcia, depoimentos das pessoas e fotos antigas da comunidade estão sendo usados como referência para preservação da originalidade. A arquiteta conta que as técnicas utilizadas para o res-



Fotos: Georgyanne Sena

tauro são tradicionais: “Queremos preservar não só as características originais da estrutura física da igreja, mas também os saberes e modos de fazer tradicionais. Por exemplo: os tijolos de adobe são feitos na lua minguante, para não rachar, e estão sendo marcados com data para diferenciá-los dos antigos. Todo o reboco da igreja está sendo feito com terra de formiga e o acabamento fino dele é feito de cal, areia e sal. Essa mistura sofre uma reação química que faz parecer cimento, mas não é.”

Márcia também conta que escolheu técnicas de preservação do patrimônio considerando os abalos causados pelas explosões da mina, que é muito próxima da Capela, e que busca ao máximo minimizar os impactos. “Estamos tomando soluções que sejam assertivas, para que esses abalos não afetem tanto a igreja. Pensamos na preservação para o futuro e que o restauro fique o máximo de tempo possível com uma boa qualidade e aparência”.

A capela possui tradições construtivas do final do século XVIII (18) e início do século XIX (19) e é patrimônio cultural tombado pelo município. “O patrimônio histórico representa a trajetória da comunidade ao longo do tempo, sua marca no mundo. Preservá-lo significa garantir a memória e a identidade de um povo. Quem sai, sabe que pode voltar e encontrará sua raiz. O patrimônio é afeto, é referência”, diz Paula Brito, analista da ATI 39.



Parede com tijolos de adobe originais



Reboco produzido com terra de formiga

► DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA

Viver da terra novamente

Por Marina Utsch



■ Rapadura, farinha de mandioca, leite, queijo, feijão, entrega de cestas, chocadeira de pintinhos: As famílias de Simão Lavrinha tentam de tudo um pouco

“Não há futuro sem presente.” Assim Genivaldo da Silva Alexandre, morador de Simão Lavrinha, resume os últimos anos da comunidade, marcados por esforços voltados para geração de renda. Reassentados de comunidades atingidas pelas operações da Anglo American, a partir de 2020, os moradores têm o desafio de investir na terra para reestruturar a produção.

“Toda renda que consigo fazer acabo usando para comprar gado, formar capineira, pagar horas de máquina. Tudo isso é caro e se qualquer coisa sair do planejado o prejuízo é grande e fica difícil ter o capital para investir de novo”, conta Genivaldo.

Vizinhos concordam: “Vai montar um curral é um absurdo!”, diz Renato Paulo dos Santos (Du). “Só para fazer silagem para o gado e comprar a lona gastei mais de 2 mil reais”, conta Luciano Teixeira Simões (Nem).

Juntar dinheiro para investir é tarefa difícil em Simão Lavrinha. O reassentamento foi instalado em Congonhas do Norte, município que não recebe compensações

financeiras pela atividade minerária, não foi envolvido no planejamento da mineradora e não possui recursos; por isso não consegue oferecer estrutura e serviços públicos às famílias reassentadas. Genivaldo conta que já fizeram reuniões com a Prefeitura, junto da ATI, em busca de melhorias. “Aqui não chegam os agentes de saúde. O município não tem recurso e não foi preparado para nos receber”, descreve.

Robson dos Santos, acrescenta: “Aqui não tem emprego. Os jovens precisam sair às 5h da manhã para trabalhar em Conceição.” Segundo os moradores, quem fica na comunidade têm pouca chance de prestar serviços. “No Beco, eu tinha trabalho fixo numa

fazenda, mas aqui não tem muitos serviços desse tipo. Enviei currículo para as obras que houve aqui, mas foram selecionadas pessoas de fora”, conta Genivaldo.

Dificuldades e busca de soluções

Desde 2021 tentando desenvolver a produção na nova propriedade, Genivaldo notou maiores dificuldades e prejuízos na criação de gado. Ele conta sobre um problema nas pastagens de Simão Lavrinha que afeta os animais: o solo da antiga fazenda é ácido e nascem samambaias no meio da braquiária. Os moradores acreditam que isso pode ser uma das causas para que as vacas urinem sangue e produzam menos leite. Também relatam que, comparado com as comunidades de onde saíram, Simão Lavrinha é mais frio e a adaptação dos animais deu bastante trabalho.

As incertezas da criação de gado levaram Genivaldo a buscar alternativa. Ele e a esposa, Jaqueline, decidiram produzir e vender farinha de mandioca. “Sempre temos pedidos. Sai tudo muito rápido!”, conta o casal.



■ Luciano (Nem) e Denilson (Bode). No fundo: Robson e Renato (Du)



■ Genivaldo e Jaqueline resolveram apostar na produção de farinha de mandioca artesanal

Alguns conseguiram manter a atividade. A produção e venda de queijos é o carro-chefe de Renato. A entrega de leite no tanque da Associação dos Alves, que vende a produção local para uma cooperativa, tem garantido a renda de Luciano.

A Associação Comunitária dos

Agricultores Familiares de Simão Lavrinha (Aafsol) é outra aposta da comunidade. A Anglo American estimulou os moradores e moradoras a criarem a associação, para captar recursos por meio de projetos e obterem as melhorias. A Aafsol foi fundada há 2 anos e tem sede em área de 3 hectares, cedida em comodato (empréstimo temporário) pela mineradora.

Gerir a associação, no entanto, trouxe novos desafios, como levantar recursos para manter a regularização de documentos e registros em cartório, trâmites bancários e escrita de projetos. O presidente, Denilson Sanches (Bode), revela: “Como a associação não tem fundos, gasolina e gastos saem do próprio bolso. A Aafsol só não afundou esse ano por causa da sede onde estamos plantando.”

Apesar dos desafios, a empreitada deu certo! Quatro moradores se juntaram para plantar feijão na área da Aafsol e comemoram a colheita de 32 sacos, num total de 1.600 quilos. “Com o dinheiro apurado na venda do feijão, dá pra comprar



■ Plantio coletivo de feijão rendeu 32 sacos, num total de 1.600 quilos

2 bezerros”, calcula Renato.

Também plantaram milho para silagem. O sonho agora é ampliar a área de plantio coletivo, a partir da possível cessão de novas áreas pela Anglo American. “Com os bons resultados que tivemos, acho que outras famílias ficarão animadas a participar!”, estima Genivaldo.

Reestruturação produtiva

Umas das obrigações da Anglo American, como parte das exigências do licenciamento ambiental, é apoiar o reestabelecimento das atividades econômicas das famílias atingidas e reassentadas. Por meio do Programa de Reestruturação Produtiva, com duração de 36 meses, a mineradora se comprometeu a dar apoio intensivo às famílias realocadas, com assistência técnica e social, extensão rural e priorização da contratação de mão de obra local. O acompanhamento visa garantir o nível de produção econômica existente antes do reassentamento. Porém, na avaliação de moradores, as ações do Programa foram limitadas.

“O que a Anglo deu foram mudas, sementes, adubo e horas de máquina para preparação de solo. O que está trazendo sustento pra gente hoje nós fizemos por

conta própria, tirando dinheiro do próprio bolso”, diz Genivaldo.

Moradores relatam que a atividade pecuária exige capital que a maioria não tem e que seria necessário apoio da mineradora para estruturar essa atividade produtiva. “No caso da bovinocultura, não houve ações de capacitação. Insisti muito para termos um curso sobre vacinas e saúde animal, como o controle de brucelose, mas não foi feito”, avalia Denilson Sanches.

Os avanços conquistados pela comunidade evidenciam a capacidade de organização das famílias. Por outro lado, reforçam a necessidade de avaliar se as ações do Programa foram suficientes para restabelecer as condições de produção, renda e autonomia existentes antes do reassentamento.

“A reestruturação produtiva deve

considerar as características ambientais, econômicas e sociais do novo território, garantindo assistência técnica continuada para adaptação dos sistemas produtivos. Especialmente na pecuária, onde os moradores relatam dificuldades relacionadas às pastagens, à alimentação do rebanho, à sanidade animal e aos elevados custos de produção”, avalia Túlio Moreira, analista em Ciências Agrárias da ATI 39 Nacab.

“É uma demanda das comunidades rever e avaliar o Programa, mesmo após o encerramento, já que algumas lideranças consideram que as ações foram insuficientes para atender aos objetivos propostos”, conclui Guilherme Bongiovani, coordenador técnico da ATI 39 Nacab.



Fotos: Banco de imagens da Internet

Foto: Marina Utsch

Fotos: Marina Utsch

AUTODEFINIÇÃO

“Somos todos quilombolas”

Por Janaíne Ferraz



Comunidade Quilombola Taporôco, com a Serra São José ao fundo

Essa afirmação ecoou em coro durante as assembleias de autodefinição quilombola realizadas em Taporôco, nos dias 28/05/26 e 18/06/26. Ao final dos debates, a comunidade reconheceu, por unanimidade dos presentes, sua identidade quilombola.

As assembleias comunitárias foram apoiadas pelo projeto Quilombo Vivo II, do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (Cedefes), com ajuda da ATI 39 Nacab, a pedido da comunidade. Antes, a comunidade participou de encontros formativos sobre o significado de ser quilombola, os direitos dessas comunidades e a valorização da própria história.

Durante as atividades, os moradores compartilharam memórias sobre a origem de Taporôco e saberes transmitidos entre gerações, como a agricultura familiar, a produção de farinha e o garimpo artesanais,

os benzimentos, métodos de construções das casas, os partos feitos por parteiras, o uso de plantas medicinais e a culinária tradicional.

Outra ação que contribuiu para o fortalecimento da identidade foi o “Estudo Técnico de Desintegração Social de Taporôco – Impactos e Danos do Projeto Minas-Rio”, desenvolvido pela ATI 39 Nacab em 2024. Por meio de metodologias participativas, como rodas de conversa e a construção



Assembleia de autodefinição quilombola de Taporôco, realizada em 28/05/26

de um diagrama familiar, os moradores relembraram a história da comunidade, identificaram laços de parentesco e refletiram sobre seus modos de vida, formas de organização e relações de compadrio. Nesse processo, a comunidade também identificou indícios de tradições quilombolas presentes no território.

Com a decisão feita em assembleia, Taporôco reafirma sua identidade quilombola e aguarda a certificação da Fundação Cultural Palmares, que contribui para acesso a políticas públicas voltadas às comunidades quilombolas.

Você sabia?

Assembleia de autodefinição é o primeiro passo formal para que uma comunidade declare sua identidade quilombola e solicite o reconhecimento oficial, já garantindo que seus direitos coletivos sejam respeitados. A Certidão de Autodefinição, emitida pela Fundação Cultural Palmares (FCP), formaliza a condição já existente e facilita o acesso às políticas públicas voltadas às comunidades quilombolas. Um exemplo é a regularização fundiária, cujo processo exige a apresentação da Certidão de Autodefinição.

Vamos pensar na prática?

Uma pessoa quando nasce já existe antes de receber o documento. A certidão de nascimento apenas registra oficialmente essa existência. Com as comunidades quilombolas é parecido. Elas são quilombolas por sua história, identidade, cultura, ancestralidade, relação com o território. A Certidão de Autodefinição formaliza um reconhecimento que já existe.

IDENTIDADE CULTURAL

Afinal, o que é ser quilombola?

Por Janaíne Ferraz, Paula Brito e Túlio Moreira

Algumas pessoas acreditam que ser quilombola significa ser descendente de pessoas que já foram escravizadas, que fugiram e/ou foram morar em um antigo quilombo. Embora essa história faça parte da origem dos quilombos, ela não explica, sozinha, o que é ser quilombola hoje.

Atualmente, ser quilombola significa fazer parte de uma comunidade que possui ancestralidade negra e compartilha uma história, um território, tradições, formas próprias de viver e que se reconhece como tal. É uma identidade construída ao longo das gerações, marcada pelo sentimento de pertencimento, pela cultura e pela relação com o território.

“As comunidades quilombolas são grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana –, que se autodefinem a partir das relações específicas com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias.”

Conceito oficial adotado pelo Governo Federal e respaldado pela legislação brasileira



Tião, Elizete e Darcília, moradores da comunidade quilombola Passa Sete

A identidade quilombola explicada por quem a vive

“Ser quilombola é ser lavrador da terra. É muito importante que a gente se reconheça como quilombola. É um sonho ser reconhecida. Eu sou quilombola!”

Darcília Pires de Sena, 64 anos, da comunidade quilombola Passa Sete

“Olhando o mato que nasce na terra, a gente vê onde dá milho, feijão e mandioca. A terra boa pra milho não é a mesma de mandioca. Se tiver assa-peixe, carqueja, a terra é boa. Não é qualquer brejo que dá arroz, tem que ter um mato chamado cravinho. Você planta a roça três anos seguidos, depois tem que mudar de lugar. Com essa folha de assa-peixe aqui, eu curo uma criação no campo! Vai até o rastro da criação, faz uma cruz com as folhas, coloca uma pedrinha em cima. Quando a folha secar, a bicheira seca também. Com três dias, o animal está curado.”

Sebastião Cesário de Sena, 69 anos, comunidade quilombola Passa Sete

“Nos reconhecer enquanto quilombolas é reconhecer tudo isso que veio dos nossos antepassados, para que possamos passar adiante. A nossa história, nossas rezas, nosso aprendizado, nosso modo de plantar, de fazer as quitandas, tudo foi aprendido ao longo das gerações. Reconhecer que viemos de pessoas escravizadas, pessoas que lutaram muito para termos os direitos que temos hoje.”

Elizete Pires de Sena, 26 anos, da comunidade quilombola Passa Sete



João e Helena, moradores da comunidade quilombola Taporôco

“É a forma como nós vivemos aqui há muitos anos, fazendo farinha e tirando ouro na bateia. Aquele forno ali mesmo a gente que fez de adobe e barreou ele por dentro. Aquela casinha ali foi nós que puxou, fez de pau-a-pique e de chão-batido.”

Helena dos Santos Pimenta, 60 anos, moradora da comunidade quilombola Taporôco

“A farinha faz assim, olha o trabalho que dá: Você arranca a mandioca, você rapa a mandioca, lava a mandioca, rala a mandioca, imprensa na prensa que a gente tem ali, colocando num saco, coloca a pedra por cima para secar. Na hora que seca, você pega a massa e passa no motor ou no ralo, e depois na peneira pra ela poder ficar fina, para depois torrar. Depois que torra, torna a peneirar de novo.”

João Simões Pimenta, 63 anos, da comunidade quilombola Taporôco

Fique por dentro!

Quem decide se uma comunidade é quilombola?

A própria comunidade. Esse processo é chamado de autodefinição. Depois, esse reconhecimento pode ser formalizado por meio da Certidão de Autodefinição, ou Certificação, emitida pela Fundação Cultural Palmares.

Uma comunidade quilombola pode ser reassentada?

Sim. Mas isso só pode acontecer com seu livre consentimento e conhecimento, a partir da Consulta Livre, Prévia, Informada e de boa-fé e com respeito aos direitos da comunidade. Se houver reassentamento, devem ser preservados o modo de vida, a cultura e os laços comunitários, além de haver a reparação integral pelos danos.

Sempre que possível, a comunidade tem direito de retornar ao território tradicional. Quando isso não for possível, deve receber terras equivalentes às que ocupava antes, ou caso a comunidade opte por indenização, ela deve ser justa e acompanhada de garantias adequadas.

Saiba mais!

Quer conhecer mais sobre direitos dos povos e comunidades tradicionais, especialmente comunidades quilombolas?



Acesse o QR Code e consulte as principais legislações.

Linha do Tempo - Alguns direitos das comunidades quilombolas

1988

A Constituição Federal reconhece o direito das comunidades quilombolas à propriedade definitiva das terras tradicionalmente ocupadas.

2004

Decreto nº 5.051 promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), garantindo aos povos e comunidades tradicionais o direito à consulta livre, prévia, informada e de boa-fé sempre que medidas ou empreendimentos possam afetá-los.

2009

Lei nº 11.947 determina que, no mínimo, 30% dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sejam destinados à compra de alimentos da agricultura familiar, priorizando assentamentos da reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas.

2011

Portaria Ministério da Saúde nº 2.866 institui a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. Ela garante atendimento médico respeitando o estilo de vida, cultura e necessidades de quem vive longe das cidades.

2013

Portaria MEC nº 389 cria o Programa Bolsa Permanência, oferecendo auxílio financeiro para estudantes quilombolas matriculados em universidades e institutos federais.

2023

Decreto nº 11.447 institui o Programa Aquilomba Brasil, que reúne ações para ampliar o acesso das comunidades quilombolas à terra, saúde, educação, cultura, infraestrutura, produção e políticas públicas, incluindo a priorização em campanhas de vacinação e outras estratégias de imunização.

Século XVI ao XIX (16 a 19)

Formação dos quilombos em várias regiões do Brasil.

2003

Decreto nº 4.887 regulamenta o processo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas.

2007

Decreto nº 6.040 institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, reconhecendo seus modos de vida, culturas, territórios e formas próprias de organização.

2010

Lei nº 12.212 cria a Tarifa Social de Energia Elétrica, garantindo desconto na conta de luz para famílias de baixa renda, incluindo famílias quilombolas que atendam aos critérios do programa.

2012

Resolução CNE/CEB nº 8 estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, garantindo uma educação que respeite a história, a identidade, a cultura e o território das comunidades quilombolas.

2023

Decreto nº 11.786 institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola e seu Comitê Gestor, que visa apoiar e promover as práticas de gestão territorial e ambiental desenvolvida pelas comunidades quilombolas.

Construção do Plano de Desenvolvimento Social (PDS)

Por Patrícia Castanheira



Grupo de idosos de São José do Jassém durante oficina do Diagnóstico Social Participativo

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS), previsto no Acordo de Reassentamento das comunidades localizadas na Zona de Autossalvamento (ZAS) da barragem de rejeitos, está sendo elaborado com a participação de pessoas atingidas, do Nacab e da Anglo American. Ele prevê ações coletivas para a melhoria de vida das famílias que serão reassentadas e das que continuarão no território. Conforme o acordo, resultante de decisão judicial que obriga a mineradora a reassentar essas comunidades, para as ações do PDS a Anglo American deve destinar 25 milhões de reais, como parte dos 75 milhões previstos para restaurar os modos de vida e garantir o desenvolvimento do território.

A construção do PDS inclui importantes etapas. Inicialmente, a Anglo American contratou a empresa Bridge para fazer o Diagnóstico Social Participativo das comunidades. Essa empresa analisou documentos já existentes, como a cartografia social feita pelo Nacab em 2024 e o cadastro socioeconômico das comunidades, feito pela Ferreira Rocha

entre 2024 e 2025; realizou análises qualitativas por meio de entrevistas com órgãos públicos dos municípios e com a ATI; observações e visitas técnicas nas comunidades. Em seguida, a empresa realizou oficinas com diferentes grupos, com a participação de 81 moradores das comunidades da ZAS. Os grupos foram: idosos (02/10/2025), comerciantes (03/10/2025), pessoas de 16 a 59 anos (08/10/2025), produtores rurais (09/10/2025) e pessoas fora da mancha hipotética de inundação (04/11/2025).

Durante as oficinas, acompanhadas pelo Nacab, a empresa escutou as pessoas atingidas e levantou informações como aptidões, anseios, expectativas, oportunidades e necessidades das famílias. O Diagnóstico foi apresentado para o Comitê Representativo do Reassentamento, em 27/11/2025, validado em assembleia das comunidades em 4/12/2025 e enviado à ATI em 12/01/2026. O documento informa as necessidades das comunidades da ZAS e os possíveis danos gerados pelo reassentamento, como problemas psicossociais, dificuldades de reestabelecer a renda, isolamento social, mudanças no modo de vida.

Após a apresentação do Diagnóstico, foi criado um Grupo de Trabalho (GT) para discutir e elaborar o PDS, com a participação de representantes das comunidades, da ATI e da Anglo American. Ao longo do primeiro semestre, o que estava sendo debatido e construído foi apresentado em reuniões na comunidade.

Próximos passos

No dia 4/07, a ATI 39 Nacab fez um novo Encontro Participativo sobre o PDS com as comunidades da ZAS, representantes da Anglo American e do município de Alvorada de Minas. A ATI mostrou os eixos e algumas propostas de ações previstas para cada um deles, de forma lúdica e participativa, para facilitar a compreensão. No entanto, as pessoas atingidas presentes sentiram falta de informações de como serão aplicadas as ações. Elas solicitaram então que a Anglo apresente, nas próximas reuniões, o detalhamento das ações de cada eixo, para que possam aprofundar e decidir sobre elas.

Também solicitaram que a empresa faça novas reuniões com os grupos de pessoas que participaram das oficinas que levantaram as demandas e informações para o diagnóstico social, para verificar se as propostas que estão sendo elaboradas representam a realidade. Na ocasião, a Anglo American respondeu que irá atender as solicitações.



Foto: Georgianne Sena

Confira quais são os temas considerados eixos do PDS e os objetivos de cada um:

ACOMPANHAMENTO SOCIAL

Fortalecer as relações da comunidade, promover a aproximação entre as famílias, ampliar o acesso a direitos e apoiar a continuidade dos modos de vida no contexto do reassentamento.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Ampliar as oportunidades de trabalho, permitir a geração de renda e o desenvolvimento dos saberes das famílias, considerando as necessidades do território, as habilidades e as perspectivas de futuro das comunidades.

GERAÇÃO DE RENDA E EMPREENDEDORISMO

Incentivar iniciativas econômicas que contribuam para a diversificação das fontes de renda, fortalecimento dos empreendimentos locais e de novas oportunidades que poderão surgir, assim como estimular a independência econômica e financeira das famílias.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA

Fortalecer a participação social e a organização comunitária, estimulando o protagonismo das comunidades na construção, implementação e monitoramento das ações de desenvolvimento local.

PSICOSSOCIAL

Promover o acolhimento, o fortalecimento emocional com cuidado em saúde mental e a reconstrução dos vínculos sociais e comunitários, contribuindo para o enfrentamento dos impactos do processo de deslocamento e reassentamento, bem como para adaptação das famílias às novas condições à recomposição de seus modos de vida.

Assista aos vídeos!



Plano de Desenvolvimento Social (PDS)



Temas (Eixos) do PDS

VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Promover a preservação, valorização e difusão dos saberes, práticas, memórias, manifestações culturais e referências identitárias das comunidades, contribuindo para fortalecer o pertencimento e a identidade territorial.

DESENVOLVIMENTO HUMANO

Promover desenvolvimento das capacidades, potenciais e competências individuais e coletivas das famílias e comunidades, com ações educativas, formativas e de fortalecimento da cidadania para ampliar as oportunidades, a participação e a autonomia das pessoas.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Promover a conscientização ambiental e o incentivo ao uso responsável dos recursos naturais, a gestão adequada de resíduos (controle daquilo que é jogado fora) e outras soluções que contribuam para a sustentabilidade dos territórios.

GESTÃO DE INFRAESTRUTURA PÚBLICA E SERVIÇOS

Fortalecer a articulação entre comunidades, poder público e demais instituições, para qualificar o acesso a serviços públicos, equipamentos comunitários e infraestruturas essenciais para a população.

SEGURANÇA ALIMENTAR

Buscar garantir o acesso regular e permanente a alimentos saudáveis, fortalecendo a produção local, a educação alimentar e nutricional e as estratégias que contribuam para a autonomia e segurança alimentar das famílias.

Onze anos de espera: Matriz São José é restaurada

Por Janaíne Ferraz



No dia 5/7, Igreja Matriz de São José foi aberta e celebrada pela comunidade

Foi ao som do repique dos sinos, tocados por Dona Ladica, e dos tambores e cantos do Congado de Nossa Senhora do Rosário, que as portas da Igreja Matriz de São José voltaram a se abrir em Itapanhoacanga, no domingo, 5/07. O restauro foi aguardado por toda a comunidade, que ao longo dos anos, viveu, sob seus olhos, a possibilidade desse importante patrimônio histórico-cultural vir às ruínas.

A Matriz de São José é um exemplar da arquitetura colonial mineira. Apesar da simplicidade dos altares, guarda em seu interior um dos conjuntos artísticos mais belos: doze painéis pintados no teto pelo artista Manuel Antônio da Fonseca, que retratam passagens da vida de São José e da infância de Jesus. A zeladora da igreja, ministra da Eucaristia e uma das principais referências da comunidade, Geralda Maria

Ferreira de Souza Pimenta (Dona Ladica), de 80 anos, e Cheila Ferreira de Souza Pimenta, de 23 anos, que mora em frente à Igreja São José e presenciou a interdição e a execução do restauro, contam sobre a emoção a sensação de ver a Matriz aberta:

“Hoje faz exatamente 11 anos do decreto que fechou a igreja. Em 5 de julho de 2015 a gente foi proibido de entrar para rezar. E hoje, 5 de julho de 2026, a igreja volta a funcionar. Não é um desígnio de Deus? É uma felicidade muito grande. Durante esses anos, quem entrava aqui eram só os pássaros. E essa obra ela começou e parou, né? Imagina! Era um projeto que era para ser de 18 meses. O projeto iniciou em 2021 e agora



estamos em julho de 2026. Mas, graças a Deus e ao empenho dos trabalhadores, que se dedicaram de segunda a sábado, conseguimos viver este momento!”

Geralda de Souza Pimenta (Dona Ladica), moradora de Itapanhoacanga

“A sensação que tive ao ver a Igreja São José restaurada foi indescritível, como a realização de um sonho tão aguardado, não só meu, mas de toda a comunidade. Meu coração se encheu de emoção e a vontade era de chorar ao contemplar algo que esperávamos há tantos anos. Foi impossível não se arrepiar diante de tanta beleza e significado. Um momento marcado por gratidão, fé e alegria, que ficará para sempre guardado na memória. Lembro-me de quando era criança e olhava para o alto, admirando as imagens pintadas no teto da igreja, já desgastadas pelo tempo, imaginando como seriam se um dia fossem restauradas. Naquela época parecia apenas um sonho de criança. Hoje esse sonho se tornou realidade!”



Cheila Ferreira de Souza Pimenta, moradora de Itapanhoacanga

Patrimônio de mais de dois séculos

Construída em 1785, durante o ciclo do ouro, a Igreja de São José foi erguida como capela filial da Matriz da Vila do Príncipe, atual município de Serro. Atualmente, tornou-se um dos mais importantes patrimônios históricos e religiosos da região, e como reconhecimento, foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 1972. Ao longo dos anos, infiltrações, ataques de cupins, maritacas e problemas estruturais comprometeram a sua conservação. As paredes apresentavam risco de desabamento, parte da estrutura de madeira estava apodrecida e as pinturas decorativas com danos significativos.

Todo o processo de restauração foi gerido pelo Instituto Flávio Gutierrez, sob acompanhamento técnico do Iphan. A obra civil foi executada pela Total Engenharia, enquanto a recuperação dos elementos artísticos ficou sob responsabilidade do Grupo Oficina do Restauro. Já o monitoramento arqueológico foi realizado pela empresa Arcadis, também sob o acompanhamento do Iphan.

Segundo Roberta Duarte Magalhães, chefe do escritório técnico do Iphan em Serro, o trabalho enfrentou desafios desde o início. As obras começaram durante a pandemia de Covid-19, período marcado por restrições à circulação de trabalhadores e fornecedores, o que



Um dos 12 painéis que retratam a vida de José e infância de Jesus

impactou diretamente o cronograma dos serviços. Logo nas primeiras intervenções, a equipe constatou que o estado de conservação da igreja era muito mais grave do que o previsto no projeto inicial.

Com isso, os R\$ 4 milhões repassados pela mineradora Anglo American, por meio de um Termo de Compromisso relacionado à compensação por danos ao patrimônio

arqueológico, mostraram-se insuficientes. Foi necessário, então, captar recursos adicionais pela Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), o que permitiu a continuidade dos trabalhos e a conclusão da restauração. Ao todo, o investimento na obra chegou a R\$ 14,7 milhões.



Congado de Itapanhoacanga homenageia São José na reabertura da Matriz

Fotos: Janaíne Ferraz

O que foi realizado?

Para evitar o desabamento, as paredes foram escoradas e o forro, o reboco e o piso desmontados. As bases dos pilares foram reconstruídas, peças de madeira recuperadas ou substituídas e toda a estrutura reforçada. Trechos das paredes de adobe também foram desmontados e refeitos com o mesmo material, preservando as características originais. O reboco foi totalmente refeito e parte do piso original foi reaproveitada, sendo complementada com novas peças. A igreja recebeu novas instalações

elétricas e de sonorização, sistemas de proteção contra raios, incêndios e drenagem, além de melhorias no entorno. Nas pinturas, foi adotado o princípio da mínima intervenção, para preservar as características originais e as marcas do tempo. Para Roberta, o resultado é a devolução de um importante patrimônio à população. “A comunidade recebe de volta a sua igreja, plenamente restaurada e apta para uso. Segura, bem iluminada e com suas obras de arte recuperadas.”

Cuidados necessários

A preservação da igreja dependerá de manutenção contínua. Um manual de conservação foi entregue à Paróquia e à Secretaria Municipal de Cultura de Alvorada de Minas com orientações sobre limpeza, conservação das pinturas, manutenção do entorno e renovação periódica da imunização das estruturas de madeira.



Futebol une gerações em São José da Ilha

Por Patrícia Castanheira

Durante o levantamento de organizações que atuam nas comunidades atingidas, para mapear e fortalecer a organização social local, a ATI conheceu a trajetória do Ilha Futebol Clube (IFC), de São José da Ilha, em Dom Joaquim. O atual treinador, Alex Ribeiro, conta: “O time surgiu em 1970, quando o campo era próximo à primeira ponte que vai para Toninho Pimenta. Uma pessoa da família Cota foi trabalhar em outra cidade e trouxe uma bola. Aí, naquele junta, junta, foi formado o time”.

Depois de alguns anos, o campo mudou para perto da igreja. Joaquim da Silva (Quinzé), um dos primeiros jogadores, lembra: “A inauguração do novo campo foi junto com a escola e a luz elétrica na comunidade, em 1980. Na época, treinávamos descalços e nos jogos usávamos kichute. Não tinha nem rede direito no campo. Para conseguir uma bola era um sacrifício! Mas nosso time era bom pra daná! Quando tomávamos um gol, ficávamos doidinhos! (risos)”.

Jesus Ferreira, antigo goleiro, contribui com as lembranças: “Antigamente,



Foto: Patrícia Castanheira

Pietro e Álvaro incentivam o pequeno João Miguel, mostrando que esporte também é feito de amizade, apoio e inspiração



Conquista da Taça José Laerte Costa (2025)

todos os homens participavam do futebol. Tinha dia que arrancávamos a cavalo, tinha dia que era a pé, para jogar bola no Jassém, no Sapo, em Dom Joaquim. No início, não participávamos de campeonatos mais distantes porque só tínhamos cavalo. Na época não havia as posições em campo, como tem hoje. Se a bola ia para um lado, ia todo mundo atrás e se ela ia para outro lado, ia todo mundo também (risos)”.

O Ilha Futebol Clube se destaca na região. Segundo o treinador, o time venceu quatro vezes o Campeonato Municipal de Dom Joaquim (2022 a 2025); foi campeão do Regional de Santo Antônio do Itambé em 2023; venceu a Copa de Ouro Fino em 2024 e conquistou seis vezes a Taça José Laerte Costa (campeonato realizado há 16 anos em São José da Ilha).

Em 2023, o clube passou a treinar crianças e jovens (equipes sub-12 e sub-13), através do projeto Jovem no Esporte, para fortalecer a base e preparar futuros jogadores. “Nessa época, algumas meninas treinavam, para completar o time juvenil. Até 2025, tínhamos treinos duas vezes por semana”, contou Alex. Atualmente, 17 adultos e 7 jovens fazem parte e treinam duas vezes por semana.

“Somos apaixonados por futebol. Com os treinos e jogos a gente distrai, faz exercício e não fica muito tempo no celular. Participamos de campeonatos em outras cidades, nosso time é muito bom!” Pietro e Álvaro, atletas do IFC

Busca de recursos e incentivo

Os desafios em manter o clube de futebol são diversos e passam pela busca constante de recursos. Em 2024, Alex Ribeiro e Erik Mendes organizaram o 1º Arraiá da Ilha, para captar recursos para o time juvenil do IFC. Alex enviou ofícios para várias empresas e conseguiu patrocínios para arcar com shows, barracas, banheiro químico, segurança, dentre outros gastos. A Prefeitura forneceu palco, som e gerador de energia. A venda de alimentos garantiu a participação do time nos campeonatos, realização de torneios e compra de materiais esportivos para os jogadores.

Em 2025, com o sucesso da primeira edição, a comunidade realizou o 2º Arraiá da Ilha, também com patrocínios. Em 2026, a Prefeitura de Dom Joaquim assumiu a realização do Arraiá, que foi incluído no calendário de festividades do município. “Meu maior desafio é conseguir mais tempo para os treinos, colocar o time para participar de mais campeonatos e formalizar o clube”, planeja Alex.



Foto: Acervo IFC

1º Arraiá da Ilha, em 2024

SABERES CULTURAIS

► VIVEIRO DE MUDAS

Terapia de plantar

Por Georgyanne Sena



Creonilda em seu viveiro de mudas de hortaliças

Conexão com a natureza, a terra, as sementes, o plantio e a germinação é base da relação de Creonilda Antônia de Oliveira com seu viveiro de mudas. Ela é moradora de Cabeceira do Turco há 16 anos, onde produz mudas de hortaliças, como alface, beterraba, coentro, salsinha, cebolinha, tomate, manjerição, rúcula e almeirão. Ela explica que cada uma tem um tempo de germinação diferente e exige cuidado minucioso: “O processo não é nada fácil, é demorado, tem que ter paciência e deixar somente uma muda por bandejinha. Mas é tão bom que ajuda até a desestressar a gente!”

Creonilda trabalhou em viveiro de mudas três anos, o que despertou seu interesse. Após ser reassentada de Passa Sete, pelo Programa de Negociação Opcional (PNO) e acessar o Programa de Reestruturação Produtiva da Anglo American, passou a receber sementes, acompanhamento e orientações para produção.

“É uma terapia, a melhor parte do dia é quando estou no meu viveiro. É uma sensação boa sentir a terra! É muito bom trabalhar assim, pegar habilidade com as mudinhas,

aprender os nomes científicos das plantas. Eu gostei, comecei a brincar de fazer mudinhas e deu certo!”

Tudo começa com o preparo da terra

Creonilda retira a terra em seu quintal, adiciona o esterco que vem do Serro, o substrato e peneira tudo. Depois acrescenta calcário e adubo. Em seguida, coloca a mistura preenchendo as bandejas e em cada espaço uma semente.

“Eu planto as sementes e coloco plaquinhas com informações de quando foi semeada. Entre 15 e 20 dias a muda está pronta para venda. Por exemplo, se a alface tiver 4 folhinhas e tamanho de 3 a 4 centímetros, já pode ir para a terra (vaso ou canteiro) e no máximo em 20 dias já dá para consumir”, ensina.

A rega e o manejo também exigem cuidado: “Água não pode faltar. Tem que molhar com borrifador para não correr o risco de estragar as mudinhas, que são sensíveis. O viveiro tem que ser protegido com sombrite, ter luminosidade e observar se tem praga, como formigas, lagartas ou cupim. Se tem, uso fungicida natural, como calda bordalesa, de pimenta ou de mandioca, mas prefiro fazer calda de mandioca.”



1

Receita de calda de mandioca (fungicida natural)

- Use 1 mandioca grande para 5 litros de água;
- Corte a mandioca em pedaços e bata com a água no liquidificador;
- Coe a mistura e coloque em um borrifador;
- Borrife nas plantas ou no buraco de formiga ou trilha de cupim (válido até 15 dias).

Obs: Também pode ser feito com folha da mandioca.

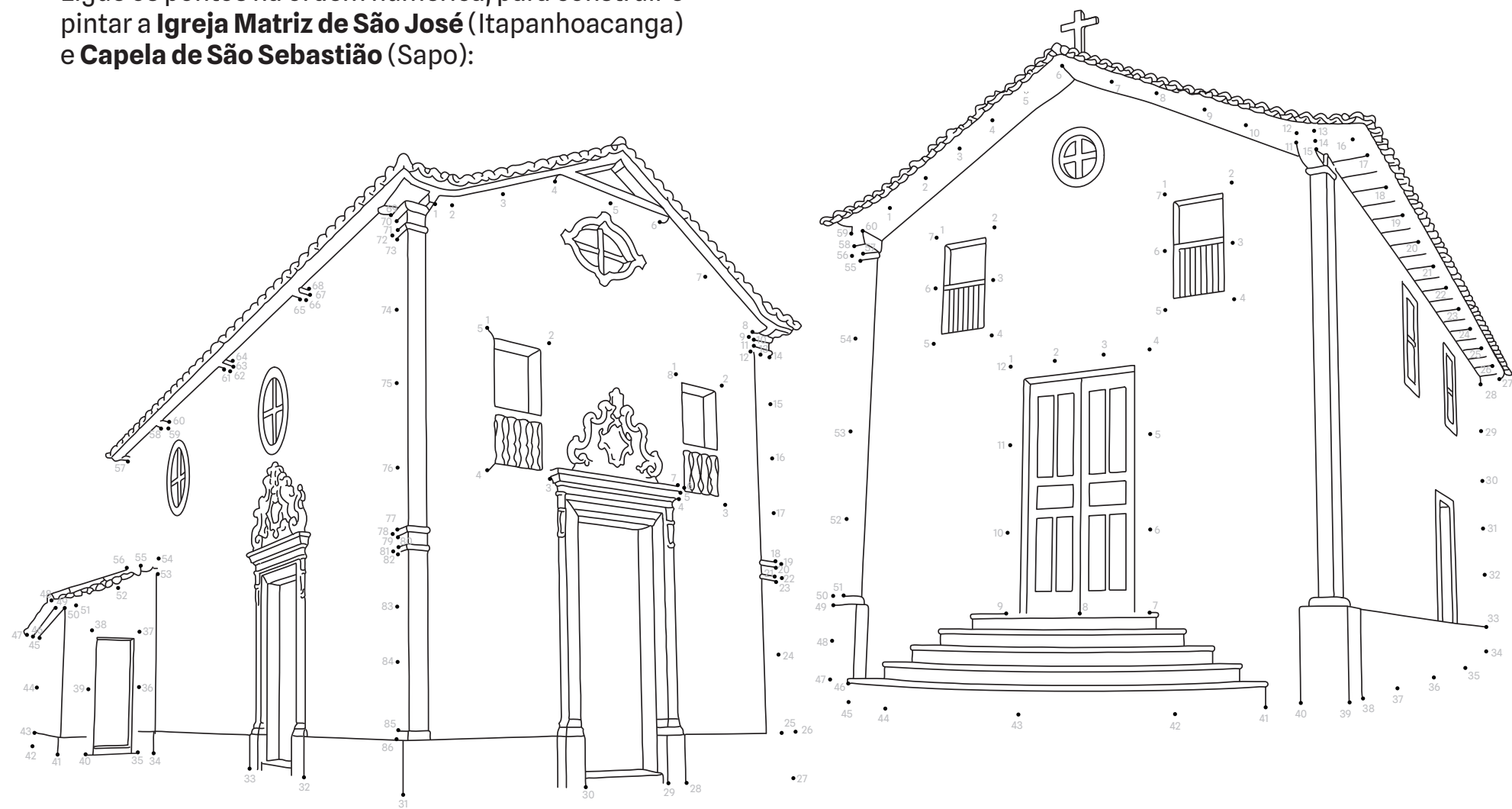
Dicas de plantio: Creonilda aconselha a plantar várias espécies em um mesmo canteiro, para melhor desenvolvimento das mudas: “É bom sempre plantar um pé de cheiro, como alecrim ou coentro, e variar a cada plantio. Se em um ano plantou alface, no outro plante rúcula”.



- 1• Preparo da terra para o plantio das mudas
- 2• Plantio das sementes nas bandejas de cultivo
- 3• Desenvolvimento das mudas de alface

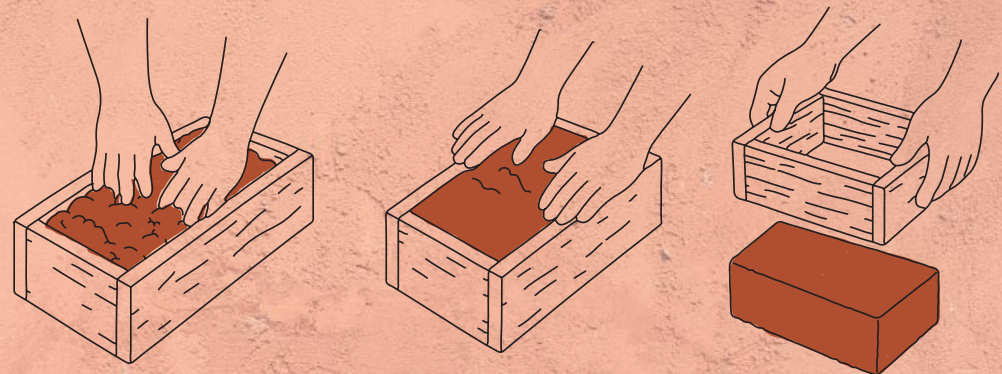
PASSATEMPO

Ligue os pontos na ordem numérica, para construir e pintar a **Igreja Matriz de São José** (Itapanhoacanga) e **Capela de São Sebastião** (Sapo):



Você sabia?

Essas duas igrejas foram erguidas e restauradas com métodos construtivos tradicionais, como o uso de **adobe (tijolo de barro cru moldado e seco ao sol)** nas paredes. Ainda hoje, nas comunidades atingidas tradicionais, as técnicas de adobe e pau-a-pique são utilizadas pelas famílias para construção de casas. As matérias-primas são recursos naturais encontrados na natureza, como madeira, bambu, terra e água.



Assessoria
Técnica
Independente
ATI 39

NACAB
NÚCLEO DE ASSESSORIA
ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS
POR BARRAGENS